



# Governo concluiu a composição da gestão da CGD

**Banca**  
**Cristina Ferreira**

**Última aquisição é a de Jorge Cardoso, actual responsável pela área de investimento do banco público**

No meio de um processo marcado por recusas e convites que acabariam por ser desfeitos, o Governo concluiu, em plena crise governativa, a composição dos novos órgãos sociais da CGD para o triénio 2013-2015. À frente da administração de 14 elementos (sete não executivos) foi confirmado o nome de Álvaro Nascimento, com José Matos a manter-se na liderança da comissão executiva.

Um mês e dez dias depois de se ter realizado a assembleia geral em que deveria ter dada posse aos novos corpos dirigentes, o Ministério das Finanças comunicou que a comissão executiva será renovada com a entrada de três elementos: Ana Cristina Leal, directora do Banco de Portugal, Maria João Carioca, ex-consultora na McKinsey e da SIBS, e Jorge Cardoso, presidente da banca de investimento. Para além do CEO, José Matos, e do dirigente do CDS/PP Nuno Fernandes Thomaz, que subirá à vice-presidência, foram reconduzidos João Jorge Palma e José Cabral dos Santos.

No conselho de administração, onde se vão manter o economista Álvaro Nascimento (Universidade Católica, no Porto), que sobe a presidência, e o advogado e professor universitário Eduardo Paz Ferreira, estreiam-se Pedro Pimentel (engenheiro e da AESE no Porto), José Crespo de Carvalho (professor do ISCTE), José

Vieira Branco (embaixador de carreira), Daniel Traça (director adjunto da Nova Business School) e Pedro Falcão, (director do MBA Executivo do ISCTE).

Desde o final de Dezembro de 2012, após a demissão do economista António Nogueira Leite, que se esperavam mudanças na comissão executiva. Mas a nomeação dos novos gestores foi complicada.

Houve convites recusados ou retirados posteriormente. O presidente do ICEP, Pedro Reis, e colaborador de Pedro Passos Coelho na campanha eleitoral, foi desafiado a ocupar a administração não executiva. Mas colocou condições. Uma delas que os banqueiros concorrentes se pronunciassem favoravelmente sobre a sua nomeação, dado que se manteria à frente do AICEP. Mas a ABP entendeu não tomar posição. O segundo incidente envolveu a escolha de Hélder Reis. O facto de ser quadro do Ministério das Finanças, que tutela a CGD, não garantia a independência exigida ao cargo e o Governo fez marcha atrás. A actual ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, acabou, todavia, por nomeá-lo secretário de Estado do Orçamento.

O episódio mais recente atingiu João Coutinho. O ex-gestor do Barclays Portugal aceitou integrar a comissão executiva a convite de José Matos, em articulação com o Ministério das Finanças. A divulgação pelo PÚBLICO de que Coutinho recebera, em 2004, uma indemnização superior a 500 mil euros atribuída pela CGD, na sequência de uma decisão política de interromper o seu mandato no banco, quando integrava a equipa do ex-CEO Luís Mira Amaral, ditou o volte-face.



Os órgãos sociais da CGD para 2013-2015 estão por fim nomeados